

Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas

Lidiane Elizabete Friderichs¹

Resumo: Este artigo analisa os processos de redemocratização do Brasil e da Argentina, ocorridos nas últimas décadas do século XX, depois das suas últimas experiências autoritárias, Brasil 1964-1985 e Argentina 1976-1983. Primeiramente serão discutidos os conceitos de transição e consolidação, importantes para estabelecer as diferenças de cada etapa no processo de abertura política. Na sequência, a partir de uma análise bibliográfica, serão apresentadas as particularidades da abertura política na Argentina e no Brasil. Por fim serão discutidos pontos de aproximação e afastamento desses processos, nos dois países em análise.

Palavras-chave: Transição democrática; Argentina; Brasil.

Abstract: This article analyzes the processes of democratization in Argentina and Brazil in the last decades of the twentieth century, after their last authoritarian regimes (Brazil 1964-1985 and Argentina 1976-1983). In the first part the concepts of transition and consolidation will be discussed, that is important to see the differences of each step in the process of political opening. In the second part, from a review of the literature, political opening will be presented peculiarities about the political opening in Argentina and Brazil. Finally we will analyze the contrasts of these processes in the two countrys that are object of this work.

Keywords: Democratic transition ; Argentina; Brazil.

As ditaduras civis militares implantadas na América Latina a partir da década de 1960 marcaram profundamente os processos democráticos que vivemos hoje. A forma como os projetos autoritários foram postos em prática em cada país, bem como sua condução e seu derrocamento explicam muitos aspectos dos alcances e dos limites da nossa democracia. Perceber as continuidades e as rupturas com as estruturas dos regimes autoritários é essencial para determinar o caráter das democracias do Cone Sul.

As ditaduras da América Latina tiveram um caráter refundacional, ou seja, se colocaram como porta para o nascimento de outro tipo sociedade, "saudável", que desse fim a um ciclo "errado" e "doente" vivido até então. Segundo Hernán Ramirez, as ditaduras não se restringiram a seu caráter repressivo, perseguindo objetivos mais profundos, como o de

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES. Contato: lidifridrichs@gmail.com

“constituirse en contrarrevoluciones preventivas, para contener el proceso de radicalización en curso, y en procesos refundacionales, con la intención de erradicar las causas que la provocaban” (RAMIREZ, 2015, p.7). Seu propósito era transformar as estruturas e realizar profundas reformas em todas as esferas - econômica, social, política, educacional e cultural - para erradicar de vez a sombra do comunismo, visto como responsável pela radicalização dos conflitos sociais.

As redemocratizações que se seguiram após o ciclo de autoritarismo que assolou a América Latina, a África e o Sul da Europa são caracterizadas por Samuel Huntington como “terceira ola democratizadora”. Essa teve início com a redemocratização de Portugal em 1974 e durante os quinze anos seguintes, abarcou o mundo inteiro. Cerca de trinta países passaram do autoritarismo a democracia e, ao menos outros vinte se viram afetados pela onda democrática (HUNTINGTON, 1994, p.19). Essa se manifestou primeiro no Sul da Europa, em Portugal, em seguida, a Grécia (1974) e a Espanha (1978) deram fim a anos de autoritarismo. Essa maré se seguiu para a América Latina, com a redemocratização do Equador (1980), Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1984) e Brasil (1985). Na metade dos anos 1980 as transições democráticas produziram uma onda de otimismo em respeito ao futuro da democracia.

Nesse sentido, esse artigo se propõe a analisar os processos de redemocratização do Brasil e da Argentina, ocorridos nas últimas décadas do século XX, depois das suas últimas experiências autoritárias, (Brasil 1964-1985 e Argentina 1976-1983). Primeiramente serão discutidos os conceitos de transição e consolidação, importantes para estabelecer as diferenças de cada etapa no processo de abertura política. Na sequência, a partir de uma análise bibliográfica, serão apresentados alguns elementos dos casos da Argentina e do Brasil. Para finalizar serão discutidos pontos de aproximação e de afastamento desses processos nos dois países em análise. Salienta-se que não se pretende fazer uma discussão exaustiva de todos os autores que trabalharam com a temática, nem abordar as análises mais recentes sobre as transições políticas, mas sim, focar nas interpretações mais “clássicas”/antigas sobre as redemocratizações e discutir algumas primeiras impressões sobre elas.

Transição x Consolidação: conceitos e definições

Estabelecer quando um país está completamente democratizado e quando acabaram os riscos de uma continuidade ou de uma volta ao autoritarismo é algo extremamente difícil de afirmar ou medir. Pode-se situar com mais precisão o início de uma transição, mas o seu

ponto final é sempre uma afirmação vaga. Os conceitos de *transição* e *consolidação* nos ajudam a delinear as características e os ciclos desses processos. Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1988), estabelecerem as diferenças entre os principais conceitos que marcam o fim das ditaduras e o início das democracias: transição, liberalização, democratização e consolidação.

Por *transição* os autores delimitam o intervalo que se estende entre um regime político e outro, compreendendo de um lado, o início da dissolução do regime autoritário, e de outro, o estabelecimento de alguma forma de democracia, ou o retorno de algum tipo de opressão, ou ainda o surgimento de uma alternativa revolucionária. Nesse período de transição as regras do jogo não estão definidas. Já a *liberalização* é caracterizada como o processo para definir e ampliar direitos, que protejam indivíduos e grupos sociais contra atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por terceiros. Seus resultados determinam o alcance e a extensão do processo de transição. Por fim a *democratização* é alcançada quando se restabelece a cidadania, quando as normas e os procedimentos dessa são bem aplicados às instituições políticas antes regidas por princípios ditatoriais, ou ampliadas de modo a incluir indivíduos, abarcar problemas e instituições, que antes não gozavam de tais direitos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p.19-23). Para O'Donnell a *transição* estaria completa quando fosse estabelecido um governo democrático. A partir desse momento se iniciaria a *consolidação*, a qual se estende desde o início do regime democrático, até o momento onde desapareceria o perigo do retorno ao autoritarismo.

De forma parecida Carlos Acuña (1991) afirma que o processo de *transição* tem início com os primeiros indícios de liberalização e se estende até o estabelecimento do regime democrático. No entanto, esse trânsito não é contínuo, não se constitui pela passagem de um estado para outro, progressiva e acumulativamente, mas está condicionado a pequenas transformações de dinâmica própria. Para Acuña (1991), o caminho para a transição democrática implica três modificações: 1) a nível macro, mudanças dos limites e regras do jogo político, 2) mudanças nos aspectos da luta política e dos atores que participam dela, 3) mudança nos padrões de comportamento dos atores políticos e sociais.

Para Juan Carlos Portantiero, a *transição* é um processo estendido no tempo, que passa por três fases: o início da decomposição do regime autoritário, a instalação de um regime político democrático e as tensões para consolidar esse novo sistema. Já a *consolidação*, seria constituída pelo êxito da institucionalização das estruturas do regime democrático e das estruturas de mediação, como partidos e organizações corporativas. “La consolidación es un

proceso en el que coexisten oposiciones al gobierno con una lealtad generalizada al sistema” (PORTANTIERO, 1987, p.263).

Apesar das definições de O’Donnell nos serem válidas para compreender muitos aspectos do processo de transição, os conceitos de Portantiero, por não ter uma delimitação temporal tão fixa, explicam melhor algumas realidades históricas, como a do Brasil e a da Argentina. Para Daniel Mazzei, quando O’Donnell separa transição de consolidação, estaria limitando a primeira ao processo eleitoral, o que parece bastante restrito, pois as eleições não garantem o êxito do processo de transição (MAZZEI, 2011, p.9-10). No entanto, é importante salientar que o próprio O’Donnell vai formular anos mais tarde o conceito de *segundas transições*, justamente para abarcar a ideia de que a transição não se esgota com o processo eleitoral e que existem problemas inacabados que precisam ser vencidos pelos novos governos.

A interpretação de Portantiero parece ser mais acertada, pois entende que a consolidação só inicia quando há uma estrutura de medidas e leis que guiem o processo democrático e que sejam repetidas e incorporadas como normas de atuação pela sociedade civil, pelos partidos e pela oposição ao governo. Ao analisarmos a redemocratização brasileira, que se inicia a partir de eleições indiretas em 1985 e que só vai começar a mexer nas estruturas do regime autoritário com a Nova Constituição de 1988, percebemos que a consolidação não começa (ou que a transição não teve fim) com a posse do governo Sarney (1985-1989). Também é difícil afirmar se a consolidação tem início com a Nova Constituição, com as eleições diretas de 1989, ou se ela se dá num período posterior.

Para Juan Linz (1990), uma transição não estaria consolidada apenas com a convocação de eleições livres e com a posse de um novo presidente. A consolidação teria início com a elaboração de uma nova constituição e seus graus de consensos, entre a sociedade, marcariam a estabilidade ou a instabilidade da política. Além disso, uma transição estaria consolidada quando nenhum dos principais atores políticos, partidos e/ou instituições, objetivariam tomar o poder por outro meio, a não ser a democracia.

Outro conceito importante para pensarmos a forma como ocorreram as redemocratizações é a diferenciação entre *transições por consenso*, também chamadas de *pactuadas*, ou por *colapso*, também denominadas de *não pactuadas*. De acordo com as definições de O’Donnell, as *transições pactuadas* representam uma continuidade das estruturas, das elites e das práticas políticas dos regimes autoritários. Nessa podemos agrupar os casos do Brasil, do Uruguai e do Chile. Já as *transições por colapso* se produzem devido a

uma derrota militar externa ou uma profunda crise interna dos regimes autoritários. Os casos da Argentina e da Bolívia são exemplos dessa transição (MAZZEI, 2011, p.11).

Para Marcos Novaro (2006), as redemocratizações do Brasil, Chile e Uruguai são caracterizadas como *transições por consenso*, por terem sido processos lentos e condicionados pelos militares. Já Argentina e Bolívia foram *transições por colapso*, porque os militares não puderam impor condições aos civis, nem encontraram tempo e estímulos necessários para cooperar e fazer acordos com aqueles.

Diferentemente dos autores que afirmam que a Argentina viveu uma *transição por colapso*, Portantiero afirma que o caso argentino integra o tipo de *transições negociadas*, assim como a Espanha, a Grécia, o Brasil e o Uruguai. No entanto, os casos da Espanha e do Brasil, seriam caracterizados como *rupturas pactuadas*, pois suas transições foram feitas de cima, ou seja, uma fração da elite a comanda, faz acordos com a oposição e fixa os ritmos da mudança. Já o caso da Argentina, caracterizada apenas por *ruptura*, não se trata de uma transição feita de cima, mas também não é um produto de uma negociação clara ou de uma auto-dissolução do autoritarismo, mas o resultado de uma retirada desordenada, mas não total das forças armadas, que culmina em eleições gerais, no meio da crise de acumulação (PORTANTIERO, 1987, p.259-261).

Transição na Argentina

Como exposto anteriormente, a Argentina passou por uma *transição por colapso* e contou com duas crises essenciais que levaram a desestruturação do regime autoritário: a derrota na Guerra das Malvinas e o colapso econômico. Sua transição durou 18 meses e se estende desde a rendição na Guerra das Malvinas até as eleições de 1983.

A primeira proposta de abertura política argentina foi articulada pelo segundo presidente militar, general Viola, em 1980. Essa não se comprometia com prazos ou medidas concretas para a transição, apenas abria uma porta de diálogo com a oposição. Nesse sentido foi criada a Multipartidaria que englobava os setores moderados de vários partidos para negociar, junto aos militares, um acordo para restabelecer o estado de direito. De acordo com Novaro (2007:137), a Multipartidaria “se limitó a ejercer una presión moderada para negociar con el régimen las condiciones y tiempos de la salida electoral”. Essa tímida proposta de abertura foi frustrada quando a Junta Militar destituiu Viola em dezembro de 1981 e designou o general Galtieri para assumir a presidência. A ascensão do general Galtieri precipitou a

decomposição do regime e o desenlace do conflito militar nas Malvinas, o qual operaria como detonante para o fim da ditadura.

As Ilhas Malvinas, localizadas a 464 km da costa argentina, e sob domínio da Inglaterra desde 1833, eram requisitadas como parte do território da Argentina. Essa alegava que como sua independência foi em 1822, aquele território, que anteriormente pertencia a Espanha, deveria ser seu. O conflito durou pouco mais de dois meses e foi facilmente vencido pelos ingleses. O objetivo político da guerra era “reforzar la unidad de las fuerzas armadas y conferirle al régimen militar una legitimidad derivada de la causa patriótica que tomaba en sus manos” (PORTANTIERO, 1988, p.272). Em um primeiro momento essa ideia teve relativo sucesso, no entanto, a aventura militar se converteu em outra instância de desprestígio, “que se sumaba a la cuenta que hacian la violación de los derechos humanos, la deuda externa, la desindustrialización, el empobrecimiento general y la corrupción administrativa” (PORTANTIERO, 1988, p.273).

O segundo fator que levou a desestruturação do regime, foi a grave crise econômica enfrentada pela Argentina. A Junta Militar, liderada pelo general Videla, que tomou o poder em 1976, implantou um projeto de refundação nacional intitulado Processo de Reorganização Nacional. Por esse, almejaram eliminar as estruturas subversivas e populistas da sociedade, fundando uma nova Argentina. No âmbito econômico, os militares pretendiam alterar velhos hábitos dos trabalhadores e dos empresários através de uma política livre-cambista e antiestatista. Assim, “submeter o país, ainda que lhe rangessem os ossos, ao tratamento neoconservador, à lógica ordenadora do mercado, era imprescindível para acabar com o mal populista” (NOVARO; PALERMO, 2007, p.49).

Para os militares, a proeminência do setor industrial na economia argentina deveria ser eliminada pois, para eles, esse setor seria responsável pela criação da Argentina populista e pela subversão operária e social. Assim, o Estado aplicou uma política de desmonte da estrutura econômico-social constituída ao longo de várias décadas “en el marco de las distintas etapas de la industrialización sustitutiva” (AZPIAZU; BASUALDO; KHAVISSE, 2004, p.210). Dessa forma, pretendiam destruir as “premissas básicas que haviam se mantido inalteráveis de 1943 em diante: a utilização do crescimento industrial como eixo dinâmico da economia e a regulamentação estatal para proteger esse crescimento frente aos interesses dos exportadores agropecuários” (NOVARO; PALERMO, 2007, p.49).

A política de redefinição do papel do Estado aumentou os níveis de dominação econômica e social e intensificou a subordinação à economia externa. Essas medidas foram possíveis a partir do disciplinamento forçado da população e da desarticulação do movimento

operário, assim como, das políticas que eliminaram as formas de distribuição de renda aos setores populares e reduziram os investimentos em educação e saúde. Nesse momento, também se inicia a privatização total ou parcial das empresas estatais, dando-se prioridade para as empresas multinacionais. (AZPIAZU; BASUALDO; KHAVISSE, 2004, p.176).

As reformas levadas a cabo pelo Ministro da Economia, Martínez de Hoz, mesclaram receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas. No entanto, “a meta central desse programa seria, por consequência, muito mais política do que propriamente econômica: induzir uma mudança estrutural das relações de poder, alterar o equilíbrio das forças domésticas” (NOVARO; PALERMO, 2007, p.56). O resultado dessa política econômica impulsionou a desindustrialização argentina e acabou prejudicando não só os trabalhadores com a redução dos seus salários e seu consequente empobrecimento, mas também causou sérios problemas financeiros para a classe média e para uma parte da elite que tiveram seus negócios afetados pelo desestímulo a industrialização, pela alta inflação e a pela política livre-cambista que dificultava sua concorrência com os produtos estrangeiros.

Sem conseguir conter a insatisfação generalizada que abrangia setores populares, a classe média, parte da elite e as forças armadas se viram obrigadas a transferir o poder nas condições que menos desejavam. Por mais que a Junta Militar quisesse impor algumas condições para a redemocratização, principalmente para assegurar que não seriam punidos pela violação dos direitos humanos, os partidos se recusaram a pactuar, mesmo que em um primeiro momento, não tenham insistido no tema dos desaparecidos e se focaram mais em exigir mudanças na política econômica.

O vencedor das eleições diretas foi o líder da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín, e não o candidato peronista, como se esperava. Portantiero (1988) afirma que Alfonsín foi o candidato que melhor soube interpretar a aspiração democrática que anos de autoritarismo militar e violência política deixaram na sociedade argentina. Sua campanha girou em torno da questão dos Direitos Humanos, da construção de uma democracia estável e da recuperação econômica, principalmente da retomada dos benefícios de um estado de bem-estar social (aumento do salário mínimo e investimentos em educação e saúde). O início do seu governo descartou a política de acordos e adotou uma postura de confrontação para com os militares. Ao assumir, Alfonsín ordenou o julgamento das três primeiras juntas militares por violações dos direitos humanos, o que implicou na condenação histórica dos militares e da ditadura na América Latina.

Ese sería un paso fundamental para hacer de 1983 un punto de quiebre y un nuevo comienzo en la historia argentina contemporánea, en ruptura con esa última

dictadura militar pero también con el largo período de inestabilidad, crisis cíclicas y decadencia institucional que se prolongara por décadas e impidiera el enraizamiento de la democracia en el país (NOVARO, 200, p.153).

As inúmeras denúncias de torturas, desaparecimentos e assassinatos que vieram a tona após a abertura, denominadas como show de horror, criaram um sentimento de indignação e repúdio na ampla maioria dos argentinos que deu forma a novo sentido comum: “lo que se llamara ‘guerra interna’ era ahora ‘el terrorismo de Estado’, y al menos la mayoría de los que habían sido ‘subversivos’ ahora eran ‘jóvenes idealistas’ y ‘víctimas inocentes’” (NOVARO, 2007, p.41-2). Ou seja, a descoberta dos horrores da ditadura mudou a chave de leitura sobre como se interpretava o governo autoritário e a visão que se tinha sobre os militantes que lutavam contra ele. Isso provocou uma transformação nas consciências e nas práticas políticas da sociedade argentina que passaram a reconhecer os direitos individuais como princípio da ordem pública.

No entanto, essa mudança das consciências, também seria responsável pela formulação da “teoria dos dois demônios”, pela qual, a sociedade se enxergava vítima tanto da violência política da extrema direita como da violência da extrema esquerda. A suposta inocência perante esses “demônios” tentava tirar da sociedade a sua parte de responsabilidade frente a legitimação da ditadura e das tomadas golpistas de poder. Por outro lado, essa teoria também igualava o incomparável: as ações dos grupos de resistência com o aparato repressor montado pelo Estado.

Num período de 20 anos a Argentina passou por duas ditaduras militares, a primeira de 1966-1973 e a segunda de 1976-1983, e viveu dois processos de transição para a democracia. Enquanto a transição entre 1973 e 1976, ainda se pautava pela lógica da revolução e da contrarrevolução, ou seja, pela defesa de golpes e da tomada do poder político por meio das armas, em 1982, a transição vai se pautar por acordos, consensos e diálogos que assegurassem o respeito as divergências, a democracia surgiu como a única solução capaz de devolver a unidade para sociedade argentina, que passava a recusar a lógica dos golpes e das revoluções e se abria para a possibilidade da política e dos diálogos (PORTANTIERO, 1987).

Transição no Brasil

Na Brasil a transição é bastante peculiar, pois matematicamente tivemos um período maior de distensão política (11 anos, dos 21 anos de ditadura) do que de autoritarismo. Como explicar um período tão longo entre o começo da liberalização e a democratização de fato?

Bresser Pereira (1985) afirma que o projeto da abertura foi uma “estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização”. As concessões liberalizantes foram feitas com o objetivo de atender e acalmar a sociedade, e dessa forma garantir a manutenção dos militares no poder.

Após 10 anos de ditadura, três generais-presidentes, o visível declínio do Milagre Econômico e a derrota da guerrilha armada, os militares precisavam oferecer uma resposta a sociedade. Ela veio com a posse do quarto general presidente, Ernesto Geisel, em 1974, o qual inicia a distensão *lenta, gradual e segura*. Essa prometia uma *liberalização* gradual dos espaços de participação política e o restabelecimento, nesse mesmo ritmo, dos direitos legais dos indivíduos. Como sinal de "comprometimento" com a liberalização algumas medidas foram realizadas: o abrandamento da censura nos meios de comunicação, o *habeas corpus*, a libertação de alguns prisioneiros políticos e o retorno dos exilados. Entre a primeira medida, o fim da censura prévia (de 1974), e a última, a Anistia política (1979), passaram-se cinco anos, o que mostra o caráter *lento* da nossa abertura e a genérica promessa de mudança. O ano de 1979 também marca a extinção do AI-5 e a volta do pluripartidarismo.

Muitos autores salientam que a disputa interna dentro das Forças Armadas, entre os grupos denominados *moderados* (ou castelistas) e os *duros*², seria a explicação para uma distensão tão lenta e para a cautelosa proposta de abertura de Geisel, pois se temia que os *duros* (re)tomassem o poder e prolongassem ainda mais a ditadura. Por mais que essa interpretação tenha certa validade, acredito que ela é supervalorizada, pois, em alguns escritos (como os de Skidmore e de Gaspari) se passa a imagem de que Castello, Geisel e Figueiredo estavam sendo impedidos de restaurar a democracia, defendendo-se constantemente de um contra golpe. A quase vitimização dos moderados e a supervalorização do poder dos duros faz, muitas vezes, com que os primeiros sejam interpretados como generais comprometidos com o retorno democrático.

A distensão proposta por Geisel tinha a intenção de eliminar qualquer forma abrupta de ruptura institucional e de manter os militares no controle do processo da abertura. Nesse sentido, estabeleceram as condições para que a democratização se efetivasse e exigiram a não punição dos seus atos repressivos. Assim, a promessa, nunca datada de abertura, proporcionou a manutenção do poder nas mãos dos militares por mais 11 anos; provando ser mais uma

² Os primeiros teriam uma perspectiva sanatória, que compreenderia tomar o poder para livrar o país dos subversivos e corruptos e depois devolve-lo aos civis. Nesse grupo estavam os generais Castello Branco, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Já os duros são conhecidos por acreditar que o país estava em contínua ameaça subversiva e que seria uma irresponsabilidade entregar o poder aos civis, sem antes eliminar todo o perigo vermelho. Nesse grupo são enquadrados os generais Costa e Silva e Médici, não por coincidência os seus governos são conhecidos como os mais repressivos da ditadura civil-militar brasileira.

maneira para prolongar o poder ditatorial do que uma real intencionalidade de redemocratização.

Bresser Pereira afirma que o restabelecimento da democracia no Brasil foi marcado por um pacto político entre trabalhadores e burguesia. Nesse pacto todos se comprometiam a cooperar e moderar as suas expectativas e reivindicações para que a democracia pudesse ser instalada e mantida no país. Os pactos políticos são entendidos pelo autor como “alianças de classes ou de frações de classes que se formam para o exercício efetivo do poder político” (BRESSER PEREIRA, 1985, p.7).

Para Bresser Pereira, a ditadura de 1964 “consolidou no país o capitalismo tecnoburocrático, ou seja, uma formação social predominantemente capitalista mas crescentemente estatal” (BRESSER PEREIRA, 1985, p.101), marcada pela aliança entre a tecnoburocracia militar, com o capital industrial e bancário nacional e multinacional. O autor afirma que o rompimento desse pacto autoritário, por parte da burguesia³ foi o principal motivo da redemocratização. O fim dessa aliança autoritária tem início em 1975 quando a burguesia faz uma campanha contra a estatização e chama a classe trabalhadora para se unir a eles em prol da redemocratização, firmando o que Bresser Pereira chama de “pacto social democrático de 1977”.

Essa aliança que parecia acelerar a abertura estaciona em 1979 quando tem início um processo de recomposição das direitas no Brasil, o que irá enfraquecer o curso da redemocratização. Esse realinhamento tem início com o restabelecimento, mesmo que frágil, da aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal. A posse do presidente Figueiredo significava pelo menos mais seis anos de poder do mesmo grupo administrativo. “Dada a grande dependência, principalmente da grande burguesia, em relação ao estado, era necessário, ou conveniente para a burguesia uma recomposição com a tecnoburocracia governante” (BRESSER PEREIRA, 1985, p.118). Por outro lado, o parcial realinhamento da burguesia com o governo explica-se também pela grande dimensão das manifestações sindicais ocorridas em 1978, 1979 e 1980, e pelos esforços que o governo fazia para agradar à grande burguesia. Para David Maciel,

[...] as classes burguesas haviam conseguido, progressivamente, recompor sua unidade, desse vez em torno de um novo bloco histórico, neoliberal. (...). Daí a transição lenta, gradual e segura projetada pelos militares ter tido um significado histórico decisivo, pois estabeleceu o ritmo, o método e os meios através dos quais as classes burguesas foram capazes de superar a crise de hegemonia (MACIEL, 2014, p.273-4).

³ Particularmente da burguesia industrial e da pequena burguesia de profissionais liberais.

Maciel enfoca o caráter conservador da transição política brasileira e a forma como a elite e os militares a delinearão. Obviamente não se pode descartar o papel das pressões populares na luta pela redemocratização do país e das propostas alternativas para a construção de um novo ciclo político. O projeto para as *Diretas Já*, por exemplo, que exigia eleições diretas para presidente em 1985, mobilizaram grandes comícios em diversas capitais do país e contaram com a presença massiva da população. A proposta que acabou sendo derrotada no Congresso, contou também com as críticas da “oposição” que negociava o fim da ditadura. Esse foi o caso de Tancredo Neves, futuro candidato eleito a presidente do Brasil, que considerava a campanha das *Diretas Já* um processo de radicalização política e também um atropelo ao “processo de conciliação com o governo que ele próprio vinha dirigindo, além de claramente enfraquecer suas possibilidades como provável candidato no pleito indireto” (MACIEL, 2014, p.289).

O retorno à democracia veio depois de 21 anos de autoritarismo e via eleições indiretas. Tancredo Neves morre antes de assumir o cargo, o qual acaba sendo ocupado pelo seu vice José Sarney, que fazia parte da base aliada que defendia a ditadura. Tancredo Neves e seus partidários falavam da necessidade de um pacto social, sob a mediação do governo, entre empresários e trabalhadores. Esse pacto, mesmo que informal e impreciso se baseava em três pontos: “1) restabelecimento da democracia, que interessava a todos; 2) moderada distribuição de renda, que interessa aos trabalhadores; 3) aceitação, por todos, do sistema capitalista, que interessava à burguesia” (BRESSER PEREIRA, 1985, p.195).

Passados 30 anos da interpretação de Bresser Pereira parece afirmativo dizer, devido as características de nossa transição, que não houve exatamente um pacto político. A abertura brasileira foi um processo político conservador, controlado pela burguesia e pelos militares e contou com a conservação de fortes traços de autoritarismo pela sociedade civil. Foi uma transição pelo alto, que eliminou os setores de esquerda de sua discussão e manteve restrito a um pequeno grupo as condições pelas quais seria realizada a transição. Além disso, as influências autoritárias eram muito profundas e limitaram a ação democratizante de vários grupos, a exemplo dos trabalhadores, que não conseguiram formar uma aliança e não tiveram força suficiente pra impor uma abertura mais rápida.

Ao compararmos a transição brasileira com a espanhola, por exemplo, ambas advindas de uma transição pactuada, observamos que enquanto na Espanha houve uma negociação de caráter público, onde foram ouvidos os interesses dos grupos que integravam a oposição (inclusive dos partidos socialistas e comunistas) e os dos setores do regime franquista; no Brasil a negociação não foi conduzida de modo transparente para a sociedade, nem contou

com a presença de partidos ou representantes de esquerda. Por isso se torna difícil concordar com a existência de um pacto político, pois os setores de esquerda e os trabalhadores eram constantemente aliados das decisões políticas.

De acordo com Maria Campello de Souza as dificuldades encontradas para uma transição política brasileira foram ampliadas pela ausência “de um projeto alternativo ao autoritarismo” e “pela modalidade brasileira de transição, que estabeleceu um quadro de imensa continuidade entre o regime atual e o regime autoritário anterior” (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p.564). Foi firmado um acordo genérico sobre a necessidade de alterar a estrutura agrária, a distribuição de renda e o sistema tributário e salarial do país, mas sem estabelecer propostas concretas do que se mudaria. Isso fez com que o primeiro governo pós abertura não priorizasse as rupturas necessárias para tirar de cena a estrutura autoritária e formular um projeto com bases democráticas. Pelo contrário o sistema político adotado em 1985 se instalou “sobre os alicerces institucionais do regime autoritário” e permitiu que se mantivesse “a maior parte da elite política e da administração do regime anterior” (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p.568).

Diferentemente de Campello de Souza, acredita-se que existiam projetos alternativos ao autoritarismo⁴, mas eles não tiveram espaço pra florescer, visto que a oposição que estava no poder era extremamente moderada e, em sua maioria, advinda de grupos da elite ou da classe média, defendendo assim, os interesses desses setores sociais. A autora também salienta a falta de identidade dos partidos políticos na Nova República, os quais mantiveram posturas difusas e heterogêneas para conquistar o maior número de eleitores possíveis. Assim, o processo político vivenciado a partir da posse de Sarney foi “caracterizado pela existência de um vasto centro - um espaço onde todos estão com todos” (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p.569). Para a autora “as ações do governo, da classe política e das Forças Armadas tem levado a uma progressiva diluição da memória coletiva em relação aos abusos perpetrados pelo regime anterior” (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p.586).

A questão dos direitos humanos, diferentemente da Argentina, foi outro ponto mal trabalhado na redemocratização e era constantemente atacado pela grande mídia que passou a identificá-la como “causa para defender bandido”. A Igreja Católica que havia puxado a campanha pelos direitos humanos era uma das instituições mais agredidas e identificada como cúmplice da impunidade e da delinquência. Já na Argentina, os meios de comunicação

⁴ Essa afirmação se fundamenta na atuação e nas propostas de alguns partidos e políticos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores e seu líder Lula e do Partido Democrático Trabalhista e seu líder Brizola, além de alguns movimentos sociais, que tinham propostas para uma democracia mais ampliada e um sistema econômico mais inclusivo.

atuaram como ressonância de todas as vozes oposicionistas, marcando a fogo a confrontação entre regime e sociedade.

Apontamentos finais

As transições da Argentina e do Brasil apresentam características distintas. Enquanto o Brasil passou por uma *transição por consenso*, que abarcou uma longa década de pequenas liberalizações e uma difícil negociação entre as Forças Armadas e a oposição envolta das condições para se proceder a abertura política. A Argentina, pelo contrário, viveu uma *transição por colapso*, sem realizar acordos políticos com o governo autoritário e estabelecendo certa autonomia para definir os caminhos da futura democracia. No entanto, enquanto no Brasil as Forças Armadas praticamente se retiraram do cenário político, não provocando abalos na recente democracia, na Argentina os militares se mostraram dispostos a resistir ao controle civil, promovendo alguns levantes armados na tentativa de reverter seu desprestígio e sua situação de réus. Para O'Donnell (1998), as transições *não pactuadas* têm maiores chances de produzir uma democracia mais completa, mas também maiores risco de sofrer uma reversão autoritária, como foram as tentativas de alguns militares argentinos de retomar suas posições de comando.

Os conceitos de *transição* e *consolidação* democrática são os que mais trazem divergência entre os autores, justamente por serem processos recentes e que ainda podem estar em gestação. A Argentina lidou melhor com seu passado repressivo, tentando fundar uma nova perspectiva de sociedade, não autoritária, punindo os torturadores e resolvendo, pelo menos em parte, as violações dos direitos humanos. No Brasil, ao contrário, se mantiveram muitas das bases da estrutura autoritária do Estado, não foram resolvidos os problemas dos direitos humanos e nenhum dos militares foi punido pelos seus crimes. De acordo com Juan Linz, quando o aparato anterior não se desintegra, pode neutralizar os temores dos defensores do *status quo*, em particular, da instituição militar e pode contribuir para moderar as demandas daqueles que desejam uma mudança social radical (LINZ, 1990, p.18). Essas características marcaram a política brasileira desde a redemocratização, pois os projetos de alteração social e econômica são sempre moderados e os grupos que circundam o poder mantêm-se quase inalterados.

A Argentina passou por diferentes ondas de políticas de punição e de esquecimento, após sua redemocratização. Ao mesmo tempo em que Alfonsín levava adiante o julgamento de alguns militares, necessário, segundo ele, para a consolidação da democracia no país,

tentava limitar o alcance desses, para não se indispor demasiadamente com as Forças Armadas. As Leis de “Obediencia Debida” e de “Punto Final” foram tentativas de frear os processos de punição aos militares e dar por virada essa página da história argentina. De forma mais incisiva, Menem ao assumir a presidência, em 1990, inicia um Projeto de Pacificação Nacional “que implicaba dejar atrás el pasado para poder encarar las medidas que le permitieran al país desplegar todas sus potencialidades en el futuro” (LVOVICH; BISQUERT, 2008, p.50). Nesse sentido, Menem vai distribuir uma série de indultos para militares processados pelas violações dos direitos humanos e para civis processados por ações guerrilheiras. O fim dos julgamentos e o discurso do consenso vão efetivar várias medidas de esquecimento e relegar os direitos humanos a um lugar marginal. Essa situação começa a se modificar com o governo Kirchner, quando as questões do Terrorismo de Estado e as violações dos direitos humanos passam a ter uma nova centralidade e políticas de memória passam a ser desenvolvidas pelo Estado.

No Brasil não se conseguiu tocar no cerne da questão dos direitos humanos ao que se refere a punição dos militares e o fim da Lei da Anistia, mas algumas medidas de reparação as vítimas, principalmente na questão econômica, e a tentativa de dar respostas as famílias dos desaparecidos, efetivando buscas aos seus restos mortais, são ações contínuas no Estado brasileiro, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, pelas leis “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (1995) e “Comissão de Anistia” (2002)⁵; e mais recentemente no governo de Dilma Rousseff pela “Comissão Nacional da Verdade”.

Como pontos de semelhança, pode-se afirmar que ambos os países mantiveram os padrões de acumulação capitalista e pouco mexeram nas estruturas de distribuição de renda e de reforma agrária. Por mais que nos últimos vinte anos as políticas governamentais do Brasil e da Argentina tenham olhado e melhorado a questão social, não resolveram problemas crônicos de desigualdade social e de concentração de renda. Outro ponto de aproximação entre os dois países foi o discurso sobre a necessidade de superar o passado e virar a página, pois o Estado salientava a necessidade da pacificação nacional e do perdão aos excessos

⁵ De acordo com ABRÃO & TORELLY, 2011, p.481 “O Estado brasileiro criou duas comissões de reparação independentes, ambas com poderes de busca de documentos e esclarecimento da verdade: (I) a Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos, com a precípua função de reconhecer a responsabilidade do Estado, e indenizar os eventos cujo resultado fosse morte e/ou desaparecimento forçado, além de localizar os restos mortais dos desaparecidos e; (II) a Comissão de Anistia, cuja função é de reconhecer os atos de exceção ocorridos entre 1946 e 1988, na plena abrangência do termo (quais sejam, torturas, prisões, clandestinidades, exílios, banimentos, demissões arbitrárias, expurgos escolares, cassações de mandatos políticos, monitoramentos ilegais, aposentadorias compulsórias, cassações de remunerações, punições administrativas, indiciamentos em processos administrativos ou judiciais), e declarar a condição de anistiado político aos atingidos por estes atos e, assim, repará-los moral e materialmente”.

violentos para conseguir dar estabilidade ao sistema democrático. No Brasil o termo “revanchismo” era, e ainda é constantemente usado contra todas as tentativas de punição ao militares ou de revisão da Lei da Anistia⁶.

O discurso da pacificação e a reconciliação entre civis e militares marcaram as tentativas de abrir um diálogo sobre os crimes da ditadura civil-militar brasileira, visando o mínimo de conflito e buscando levar ao esquecimento dos crimes cometidos pelos militares. “Questões sensíveis, como a temática dos desaparecidos políticos, foram encaradas de acordo com essa lógica, de modo a evitar um confronto direto com os militares e não alterar suas relações com os civis, em nome da estabilidade política” (BAUER, 2011, p.211).

Para finalizar é importante destacar, a tentação, como alerta Linz, de atribuir qualquer dificuldade do presente ao legado do passado e ao persistente apego de alguns setores da sociedade ao regime autoritário. “Aunque es difícil decidir hasta qué punto las crisis de postransición de los regímenes democráticos han de atribuirse al legado del pasado o las actuaciones del nuevo régimen y de sus líderes” (LINZ, 1990, p.31). Para o caso brasileiro é possível pensar em pesos iguais entre o legado do passado e as atuações da Nova República, pois a estrutura e os pactos que foram elaborados para a transição, não foram rompidos por nenhum dos governos democráticos. Na Argentina, pelo contrário, houve uma importante ruptura com as estruturas autoritárias, no entanto, as diferentes posturas dos presidentes democráticos, frente às forças armadas e as políticas de memória, revelam que não existe um consenso sobre como a questão deve ser tratada pelo Estado e que perduram eixos autoritários que não foram totalmente rompidos.

Referências

ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 473-516.

ACUÑA, C. y SMULOVITZ, C. ¿Ni olvido ni perdón? Derechos humanos y tensiones cívico-militares en la transición argentina. In: *Documentos CEDES 69*. Buenos Aires: CEDES, 1991, p.1-6.

⁶ Da mesma forma que os militares brasileiros em 1979, os argentinos em 1983 decretaram sua autoanistia, pela qual tentavam impedir a condenação e o julgamento de seus crimes políticos. No Brasil essa lei se mantém intocada até hoje, já na Argentina ela foi derrubada logo após a posse de Alfonsín.

AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

BAUER, Caroline S. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares Argentina e Brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz. *Pactos políticos, do populismo à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República: sob a espada de Dâmoques. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.563-627.

HUNTINGTON, Samuel. *La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1994, p.16-40.

LINZ, Juan J. Transiciones a la democracia. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*. Nº 51, 1990, p.7-33.

LVOVICH, D y BISQUERT, J. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008, p.7-57.

MACIEL, David. A Aliança democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (ORG.). *Ditadura: o que resta de transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.269-301.

MAZZEI, Daniel. Reflexiones sobre la transición democrática argentina. *Revista PolHis*. Año 4, nº 7, 2011, p.8-15.

NOVARO, Marcos. Transición democrática y legados autoritarios. In: *Historia de La Argentina contemporánea: de Perón a Kirchner*. Buenos Aires: Edhasa, 2006, p.135-154.

NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983. Do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

O'DONNELL, Guilherme y SCHMITTER, Philippe. *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1988, p.19-30.

O'DONNELL, G; SCHMITTER, P, y WHITEHEAD, L. *Transiciones desde un gobierno autoritario. America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

PORTANTIERO, Juan. La transición entre la confrontación y el acuerdo. IN: NUN, José y PORTANTIERO, Juan (comp.). *Ensayos sobre la transición democrática en Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987, p.257-293.

RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. *Antíteses*, no prelo.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974:1985. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.27-82.

Recebido em: 15/08/2016

Aprovado em: 03/07/2017